



PREVISIBILIDADE É BE



A conferência da OTOC e do TAFF contou com inúmeras personalidades. FOTOS HÉLDER SANTOS/ASPRESS

Conferência 'Fiscalidade e Competitividade Regional' da OTOC e do TAFF, contou com a intervenção de 19 personalidades

ÉLVIO PASSOS
epassos@dnoticias.pt

Uma das ideias-chave que se pode extrair da conferência 'Fiscalidade e competitividade regional', que decorreu ontem numa organização conjunta do Tribunal Administrativo e Fiscal do Funchal (TAAF) e da Ordem dos Técnicos Oficiais de Contas (OTOC), é que a estabilidade legislativa é um bem inestimável.

A conferência incluiu três painéis

e uma mesa redonda, em que intervieram 19 pessoas.

Na abertura da conferência, o bastonário da OTOC disse que o objectivo do encontro era "incomodar consciências". No encerramento, Domingues de Azevedo, destacou a importância da colaboração institucional, no caso da conferência, com o TAAF. "Não interessa os parceiros", o importante é que adiram à necessidade de discutir as temáticas.

"O Estado tem faltado"



TRANQUADA GOMES
PRESIDENTE DA ALM

O Parlamento está apostado na revisão do sistema fiscal regional, garante Tranquada Gomes. As dificuldades estruturais só podem ser alteradas com as modificações fiscais, de forma a que os madeirenses tenham condições semelhantes às dos portugueses do continente, defende o presidente da ALM. "O Estado tem faltado com a Região nas obrigações constitucionais", nomeadamente na questão da continuidade territorial. Temos de recuperar parte da autonomia que perdemos.

Não há bolsa de juízes



ANTÓNIO ALMEIDA CALHAU
JUIZ DO STA

O juiz do STA, António Almeida Calhau, fala da impossibilidade de os juízes darem respostas rápidas quando faltam secretários, assessores, apoio técnico em geral, e até os próprios juízes. Por exemplo, não existe uma bolsa de juízes para fazer face a situações excepcionais. Há tribunais com um ou dois juízes, muitos deles mulheres, que quando estão impedidos de trabalhar não há quem os substitua, levando a atrasos na justiça.

Estado compreendeu CINM



MIGUEL ALBUQUERQUE
PRESIDENTE DO GR

Miguel Albuquerque considera a aprovação do quarto regime do CINM, um "dia importante para a Região". O presidente do Governo diz que "finalmente houve a compreensão da importância do CINM "na economia da Região e até do País, na internacionalização da economia. Em 2013, o CINM gerou 123 milhões de euros de receita fiscal. "Vamos subir o número de empresas, receitas e número de postos de trabalho qualificados do CINM", prometeu o presidente do Governo.

Falta de meios causa atrasos



BENJAMIM BARBOSA
PRESIDENTE DO TAAF

É um dos grandes problemas que os tribunais sentem e a que o Administrativo e Fiscal do Funchal não escapa. A falta de meios é um dos responsáveis pelos atrasos, como explicou o juiz presidente Benjamim Barbosa, na abertura da conferência. Mas os atrasos devem-se também a razões conjunturais. "A provisão do TAAF não tem sido adequada à realidade e não dá resposta aos anseios dos utentes que a ele recorrem".

Modelo fiscal está esgotado



JOÃO MACHADO
DIRECTOR DOS ASSUNTOS FISCAIS

O director dos Assuntos Fiscais garante que o actual modelo fiscal está esgotado e que, por isso, não existe sustentabilidade das finanças públicas. É necessário encontrar um novo modelo. João Machado não vê qualquer problema em o País ter três sistemas fiscais. A RAM tem de trazer novos contribuintes para a o seu território, o que poderá passar pelo CINM.

CMF já dá incentivos fiscais



PAULO CAFÔFO
PRESIDENTE DA CMF

O presidente da CMF foi um dos interventores na sessão de abertura da conferência da OTOC/TAAF. Um momento em que também se mostrou favorável a concretização de um sistema fiscal regional. Até lá, há que encontrar alternativas a nível dos incentivos. Algo que a CMF está a fazer, nomeadamente na área da reabilitação urbana e na do comércio.

É preciso alterar transferências



CLOTILDE CELORICO PALMA
PROFESSORA NO ISCAL

No contexto internacional, Portugal optou por uma integração plena na UE, pelo que sofre as consequências a nível fiscal, nomeadamente no que diz respeito às ajudas estatais. Por isso é que o regime do CINM é considerado ajudas de Estado. Mas, somos uma RUP que tem direito a discriminação positiva, o que possibilita que haja uma política fiscal mais favorável, nomeadamente em matéria aduaneira. Por isso, como a Grã-Bretanha está a ponderar relativamente à Irlanda do Norte, pode ser necessário alterar o regime de transferências fiscais.



M FISCAL

Constituição permitiria mais



VASCO VALDEZ MATIAS
EX-GOVERNANTE ASSUNTOS FISCAIS

Autonomia regional ou local significa poder aumentar ou reduzir impostos, pelo que Vasco Valdez não entende por que só é permitido reduzir. A autonomia consagrada na Constituição permitiria ir bem mais longe, na questão fiscal, do que as leis orgânicas permitem. Isso é que seria autonomia, mas, adverte Vasco Matias, se esses poderes fossem usados, não poderia haver uma compensação.

Novo Código é bom mas...



LUÍS FÁBRICA
PROF. UNIVERSIDADE CATÓLICA

A nova versão do C. de Procedimento Administrativo poderá ter mais qualidade técnica, mas não ser devidamente entendido pela administração ou pelos portugueses.



SUSANA VIEIRA
DIR. GER. POLÍTICA DE JUSTIÇA

17 PER com sucesso na RAM

Na Madeira foram instaurados, até Março deste ano, 43 processos e 17 findaram por acordo, estando em causa 116 milhões de euros. 847 postos de trabalho foram salvaguardados. Muitos pelo PER do Jorge Sá, SA. Também na Região, a pendência judicial está a diminuir.

Receita fiscal condicionou



AMÂNDIO SILVA
ASSESSOR DO BASTONÁRIO DA OTOC

O assessor do bastonário da OTOC diz que houve "medidas virtuosas", do ponto de vista ambiental, que ficaram reduzidas com a preocupação de receita fiscal. Na área da fiscalidade verde, Amândio Silva não esqueceu a questão dos sacos de plástico no comércio. A grande discussão europeia gira em torno da abolição ou na adopção de uma taxa.

Dois a três anos é o prazo



JESUÍNO MARTINS
PROFESSOR DO ISCAL

Dois a três anos é o prazo razoável para a resolução de um litígio fiscal, mas a média situa-se nos cinco anos. O professor é também apologista da boa prestação de informação ao contribuinte.

É preciso garantir previsibilidade



RUI NUNO BALEIRAS
CONSELHO DE FINANÇAS PÚBLICAS

Importa fazer com que as políticas públicas sejam previsíveis, de forma a que as pessoas possam saber com que contam em matéria de carga fiscal e de serviços públicos prestados aos cidadãos. Por isso os Governo devem dotar-se das ferramentas de planeamento para executar finanças públicas de médio prazo.

Primeiro obstáculo à Justiça



ANA MARIA RODRIGUES
PROF. FAC. ECONOMIA DE COIMBRA

Ana Maria Rodrigues considera que o primeiro obstáculo ao investimento é o funcionamento da Justiça e só como segundo factor aparece a instabilidade fiscal. "Ainda não acaba de sair uma lei e já estão a fazer outra". Ana Maria Rodrigues também defendeu que os recursos disponíveis na Justiça são claramente insuficientes, tendo em conta os elevados números da litigiosidade fiscal. A grande questão que a investigadora deixou foi: até que ponto vai durar a reforma feita?

Redes sociais são decisivas



PAULO PRADA
ADMINISTRADOR GRUPO PESTANA

Uma das tendências, que se destacam no turismo, é a 'net mobile' e as redes sociais, tanto a nível de reservas como de divulgação de opiniões. Permite também tratar estatisticamente a nova procura. Mas, a competitividade da economia regional depende do preço, garante o gestor. Mesmo assim é preciso melhorar as infra-estruturas turísticas, o acesso à natureza e criar novas experiências, o que é cada vez mais procurado.

Sem um caso de fortuna



MARIANA NOITES
JUÍZA NO TAF

A determinação da matéria colectável de forma indirecta, pode acontecer por muitos meios, sendo um deles o de manifestação de fortuna. Mas, na Madeira, Mariana Noites nunca teve um caso dessa natureza.



FRANCISCO COSTA
PRESIDENTE DA SDM

O que levou ao quarto regime

Três domínios de actuação conduziram ao quarto regime do CINM: compromissos com a UE, como o limite máximo a impostos menores; opção política acertada entre República e Madeira, na isenção de dividendos; as implicações da alteração do quadro institucional de referência.

Novas leis são mal feitas



VASCO BRANCO GUIMARÃES
PROFESSOR DO ISCAL

O professor fez uma séria crítica ao "poder novo" que faz leis mal feitas, que custam milhões em impostos ao Estado. Uma realidade que continua apesar dos alertas do "velho poder" e dos sistema judicial. Vasco Branco Guimarães também criticou os poderes centrais e regionais por não terem criado "uma medida" para atrair o "residente qualificado".

Advogados e TOC em cooperação



BRÍCIO ARAÚJO
ORDEM DOS ADVOGADOS - RAM

Brício Araújo disse não poder deixar de falar de Justiça, num evento que tem "também a marca de um tribunal". Para essa justiça são indispensáveis os advogados: "Não há justiça sem advogados." Mas impõe-se a interacção com os TOC, no caso em apreço da justiça tributária. "É na complementaridade que a Justiça se faz." Mas Brício Araújo também lembrou que também se faz justiça fora do tribunal, com um papel importante dos advogados.

ID: 59120115

01-05-2015

FOTO HÉLDER SANTOS / ASPRESS



ESTABILIDADE LEGISLATIVA SERIA O MELHOR CONTRIBUTO FISCAL

Conferência organizada pela OTOC e pelo TAFF abordou a fiscalidade na perspectiva da competitividade regional

- Regulamentação do novo regime do CINM debatida na Assembleia da República **ECONOMIA**